



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

EDITAL

CONCEIÇÃO AZEVEDO, VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU:-----

Notifico por este meio, em virtude da impossibilidade de notificação pessoal no âmbito do processo 51-164-2014, o Senhor **Firmino Proença Couto**, com último domicílio conhecido em Estrada Nacional 323-27-A Quinta do Marcão - Aviújes - da União de Freguesias de Barreiros e Cepões, e tal como dispõe a alínea b) do n.º3 do artigo 112.º do Decreto-lei n.º4/2015, de 07/01, que relativamente às obras de construção da morada sem pedido de licenciamento para realização da operação urbanística, foi proferido despacho de ordem de demolição.-----

O despacho da ordem de demolição foi exarado em 09-08-2018, com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação dos Serviços Técnicos da Divisão de Gestão Urbana, do DDEOT - n.º 510 de 04-07-2018. -----

Mostrando-se efetuado o procedimento de audiência prévia, pelo Edital datado de 17-01-2018, afixado nos devidos locais e constatando-se que se mantêm inalteráveis os motivos de facto e de direito que estiveram na base do despacho de intenção, ao abrigo da competência que me confere a alínea k) do n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **NOTIFICO**, agora, V.Exª da **ordem de demolição da moradia**, vertida no despacho de 09-08-2018 e seu cumprimento no prazo de 90 dias.-----

Decorrido o prazo concedido sem que a ordem de demolição da obra seja cumprida, o presidente da câmara, em cumprimento do n.º4 do art.º 106º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua atual redação, determinará a execução destes trabalhos, com recurso às disposições dos art.º 107º e 108º do mesmo normativo, designadamente através do procedimento de posse administrativa do imóvel e do procedimento de imputação das despesas realizadas com a execução coerciva.-----

Mais fica notificado que, o incumprimento à ordem de demolição da obra, ora notificada, constitui-se em desrespeito do correspondente ato administrativo, designadamente em crime de desobediência, nos termos do art.º 348º do Código Penal, pelo que se procederá à devida comunicação ao Ministério Público.-----

Para constar, se publica o presente, e outros de igual teor que vão ser afixados na Câmara Municipal, na Junta de União de Freguesias de Barreiros e Cepões e no último domicílio do visado.-----

Viseu, 20 de dezembro de 2018

A VEREADORA

Conceição Azevedo